

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMA PREGOEIRA DA COMISSÃO III DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ

KITCHEN COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.490.298, com sede na Rua Conselheiro Sinimbu, 188, Bloco C, Perissê, Nova Friburgo/RJ, neste ato representada por sua sócia Roberta de Oliveira Moraes, brasileira, solteira, portadora da carteira de identidade nº 11.600.173-6, expedida pelo Detran/RJ, inscrita no CPF sob o nº 054.577.517-59, domiciliado profissionalmente no endereço acima informado, interpor RECURSO, em face das empresas abaixo identificadas, em razão das irregularidades de habilitação encontradas em confronto com o Edital de Pregão Eletrônico nº 047/2022, pelos motivos de fato e de direito abaixo expostos:

Ref. Pregão Eletrônico nº: 047/2022

Objeto: Contratação de empresa especializada para o FORNECIMENTO DE NUTRIÇÃO e ALIMENTAÇÃO destinadas a pacientes, acompanhantes e funcionários do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, de acordo com a demanda da Unidade, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I deste edital.

DOS FATOS

Em Pregão Eletrônico designado para o dia 25/04/2022, às 10:00 hs, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para o FORNECIMENTO DE NUTRIÇÃO e ALIMENTAÇÃO destinadas a pacientes, acompanhantes e funcionários do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, de acordo com a demanda da Unidade, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I deste edital, pode-se verificar que várias empresas, não cumprem o que exige a Lei e o próprio Edital 047/2022, senão vejamos:

DO MÉRITO

RAZÕES DE INABILITAÇÃO ALL BUSSINNESS SERVIÇOS DE COLETA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA

A empresa All Bussinness Serviços de Coleta e Tratamento de Resíduos Ltda, em seus documentos de Habilitação faz uma completa miscelânea, utilizando ao seu bel prazer documentações tanto da Matriz quanto da Filial.

É certo que a Lei não proíbe que qualquer empresa participe de licitação utilizando a Matriz ou a Filial, mas o TCU em julgado já sedimentado proíbe que se utilize vez a documentação da Matriz e vez a documentação da Filial, especialmente para questões fiscais, pois apesar de comporem a mesma pessoa jurídica, o direito tributário confere tratamento específico aos diferentes estabelecimentos empresariais, considerando cada um deles um domicílio tributário. Nesse sentido é o Código Tributário Nacional:

"Art. 127. Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:

(...)

II – quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento". (Grifou-se.)

Em decorrência disso, tal tratamento deve ser avaliado nas licitações e contratos administrativos no que diz respeito à regularidade fiscal de cada estabelecimento.

Aliás, sobre o tema o Tribunal de Contas da União já se manifestou, como dito alhures. Veja-se:

"[Relatório]

14. Acrescente-se que, se a matriz participa da licitação, todos os documentos de regularidade fiscal devem ser apresentados em seu nome e de acordo com o seu CNPJ. Ao contrário, se a filial é que participa da licitação, todos os documentos de regularidade fiscal devem ser apresentados em seu nome e de acordo com o seu próprio CNPJ.

15. Destaca-se, ainda, que há certos tributos, especialmente em relação ao INSS e ao FGTS, cuja arrecadação pode ser feita de forma centralizada, abrangendo, portanto, matriz e filiais. Se assim o for, tais certidões, mesmo as apresentadas pelas filiais, são expedidas em nome da matriz, sem que nisto haja qualquer ilegalidade.

[...]

20. Pelo exposto, tanto a matriz, quanto a filial, podem participar de licitação e uma ou outra pode realizar o fornecimento, haja vista tratar-se da mesma pessoa jurídica. Atente-se, todavia, para a regularidade fiscal da empresa que fornecerá o objeto do contrato, a fim de verificar a cumprimento dos requisitos de habilitação.

21. Caso comum, por força da necessidade de comprovação da regularidade fiscal, prevista no inciso IV do art. 27 da Lei nº 8.666/93, é o de diversas empresas (filiais) apresentarem, para esse fim, documentos emitidos sob o CNPJ de suas matrizes, em razão de suas certidões estarem vencidas. Desse modo, alegam serem válidas tais certidões, uma vez que o recolhimento dos tributos e das contribuições federais é realizado de forma centralizada pela matriz, abrangendo, portanto, suas filiais." (TCU. Acórdão nº 3056/2008 – Plenário. Min. Rel. Benjamin Zymler. Julgado em 10/12/2008.).

Traduzindo o julgado, o que se quer dizer é que a pessoa jurídica, ao participar de licitação, deve escolher entre encaminhar os documentos da Matriz ou da Filial. No caso agora guerreado, a empresa declarada habilitada, claramente apontou que participaria do certame com a documentação de sua filial, vide o cartão de CNPJ (DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL) cujo o endereço é o da Filial de Nova Friburgo, bem como o Alvará Sanitário emitido também para a Filial, porém outros documentos fiscais, tais quais As Certidões de Dívidas Estaduais e Municipal, que foram emitidas pelo Estado de São Paulo e pela cidade de Itapura respectivamente, fato que, como reconhece a jurisprudência é proibido, RESTANDO OBRIGATÓRIA A INABILITAÇÃO DA EMPRESA.

Ao analisar a documentação apresentada para comprovação de todas as exigências habilitatórias identificou-se que a empresa acima citada deixou também de cumprir o disposto no seguinte item do edital:

[...]

21.3 A empresa deverá apresentar o seu registro e do seu responsável técnico no Conselho Regional de Nutrição CRN

Isto porque ao verificar o teor de tal certidão, identificou-se que a mesma não apresenta o rol das filiais da Recorrente em flagrante violação do art. 6º da RESOLUÇÃO Nº 702, DE 15 DE SETEMBRO DE 2021, DO CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS (CFN):

Art. 6º A pessoa jurídica que tiver atividade profissional em Unidade da Federação (UF) que não a da matriz ou em jurisdição de outro CRN deverá registrar as filiais e outras representações no CRN da jurisdição onde estiverem instaladas.

Assim qualquer alteração da empresa, como criação de filiais, DEVE ser registradas no CRN fazendo constar na Certidão de Regularidade e Quitação – CRQ, sendo que nos termos da resolução CFN n.º 378/2015 do Conselho Federal de Nutricionistas, deve ser emitida uma nova CRQ, consoante o contido de forma clara no art. 10, valendo aqui a sua transcrição:

Art. 10. Havendo atualização de dados da pessoa jurídica que implique em modificação de informações constantes na certidão de registro e quitação, deverá ser emitida nova crq.

Também para não pairar dúvidas que o documento apresentado não possui qualquer validade insta registrar o parágrafo 1º do citado artigo:

§ 1º. Considerar-se-á nula de pleno direito a crq que deixar de corresponder à situação atualizada do registro da pessoa jurídica no crn.

De forma pragmática, denota-se sem qualquer margem para dúvida que a Recorrida não atendeu integralmente as exigências contidas no Instrumento Convocatório, e mesmo assim foi considerada habilitada, URGINDO A NECESSIDADE DE REFORMA DE TAL DECISUM PARA INABILITÁ-LA.

Uma vez inválida a certidão, inválidos também são os atestados de capacidade técnica apresentados, vez que os mesmos somente são válidos com a apresentação de CRQ válida.

Não bastasse a clareza da obrigação descumprida pela Recorrente, para que se coloque uma pá de cal sobre qualquer argumento que venha a ser lançado nas contrarrazões desse recurso, oportuno trazer abaixo decisão 1º Vara da Fazenda Pública de Araraquara/SP que ao apreciar o Mandado de Segurança nº 1011270-34.2016.8.26.0037 proferiu decisão no sentido de considerar correta INABILITAÇÃO de empresa de alimentação que deixou de apresentar CRQ válida, após também ter efetuado alterações em seu cadastro. Vejamos:

DECIDO. A ação é improcedente.

Insurgiu-se a impetrante contra a decisão dos impetrados de ter declarado-a como inabilitada para permanecer no certame. Aduziu que não é de sua responsabilidade a demora na alteração de micro empresa para empresa de pequeno porte.

Afasto as preliminares.

O interesse de agir permanece, pois, uma vez concedida a ordem, o certame poderá ser anulado, invalidando-se o contrato firmado.

Os impetrados são legitimados a figurarem no polo passivo, pois foram responsáveis pelo ato que indeferiu a permanência da impetrante no certame.

No mérito, a ordem não deve ser concedida.

O EDITAL CONVOCATÓRIO DEIXOU CLARO QUE A EMPRESA LICITANTE DEVERIA APRESENTAR REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS, SENDO QUE A CERTIDÃO DE REGISTRO DEVERIA ESTAR DE ACORDO COM A REALIDADE DA EMPRESA QUANDO DA DISPUTA.

A IMPETRANTE PROMOVEU ALTERAÇÃO DE SEU CONTRATO SOCIAL, PASSANDO DE MICRO EMPRESA PARA EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

CONTUDO, QUANDO DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO ELETRÔNICO, A IMPETRANTE NÃO APRESENTOU CERTIDÃO DO CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS JÁ NA CONDIÇÃO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE, O QUE A TORNOU INABILITADA PARA CONTINUAR NO CERTAME.

E eventual demora na expedição de nova certidão por parte do Conselho Regional de Nutricionistas não pode ser atribuída ao órgão público responsável pela certidão.

NUNCA É DEMAIS LEMBRAR QUE A LICITAÇÃO É INSTRUMENTO POSTO À DISPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA A SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA, ASSIM CONSIDERADA AQUELA QUE TRAZ SEGURANÇA NA SUA EXECUÇÃO.

HAVENDO DÚVIDA QUANTO À CAPACIDADE DA LICITANTE NO MOMENTO DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO, DEVE A EMPRESA SER AFASTADA DO CERTAME.

DAÍ PORQUE CORRETA SE MOSTRA A DECISÃO DOS IMPETRADOS, POIS, SEM O CORRETO REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS NÃO HÁ COMO GARANTIR O CUMPRIMENTO DO CONTRATO PELA LICITANTE.

E NÃO HÁ COMO FLEXIBILIZAR AS REGRAS DO EDITAL, SOB PENA DE QUEBRA DA ISONOMIA ENTRE OS PARTICIPANTES.

Posto isto e tudo mais que dos autos consta, DENEGO a segurança.

CONDENO a impetrante ao pagamento das custas e despesas processuais, deixando de fixar condenação ao pagamento de honorários em atenção à Súmula 105 do E. Superior Tribunal de Justiça.

Oficie-se à autoridade impetrada dando-lhe ciência desta decisão. P.R.I.C. Araraquara, 21 de dezembro de 2016. (Autos n.º 1011270-34.2016.8.26.0037 – 1º Vara da Fazenda Pública de Araraquara)

É o que prescreve a maciça jurisprudência pátria:

“Mandado de Segurança. Licitação. Inabilitação. CORRETA A DECISÃO DE NÃO HABILITAÇÃO AO CERTAME LICITATÓRIO PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO QUANDO É DEIXADO DE APRESENTAR DOCUMENTO EXIGIDO PELO EDITAL. Apelação desprovida”. (TJRS, Apelação Cível 70008750390, 2ª Câmara Cível, Rel. Túlio de Oliveira Martins, j. 08/02/2006).

"Agravamento de instrumento – Licitação – Mandado de segurança – Liminar – Ausência dos requisitos para deferimento. SE O AGRAVANTE NÃO APRESENTOU TODOS OS DOCUMENTOS EXIGIDOS EM CONFORMIDADE COM O EDITAL, NÃO HÁ COMO DEFERIR A LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA PARA OBSTAR O PROSSEGUIMENTO DO CERTAME LICITATÓRIO OU DETERMINAR A INCLUSÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS DENTRE AQUELAS QUE SERÃO ANALISADAS PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO. Agravamento improvido". (TJDF, Agr. Instr. 2005.00.2.00793-6, 6ª Turma Cível, Rel. Des. Sandra de Santis, j. 25/04/05).

"Mandado de segurança. Licitação. COMISSÃO QUE CONSIDERA A EMPRESA AGRAVANTE INABILITADA POR NÃO TER APRESENTADO DOCUMENTO CONSTANTE DO EDITAL. INCONFORMADA, APÓS TER TIDO RECURSO ADMINISTRATIVO IMPROVIDO, IMPETRA MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO LIMINAR, INDEFERIDO PELO JUÍZO DA 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NITERÓI. IRRESIGNAÇÃO. INTERPÕE O PRESENTE AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGUNDO SE DEPREENDE DA LEITURA DOS AUTOS, A AGRAVANTE DEIXOU DE CUMPRIR UM DOS ITENS DO EDITAL, RAZÃO PELA QUAL ALVEJADA DEVE SER MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO DO RECURSO". (TJRJ, Agr. Instr. 2008.002.08380, 17ª Câmara Cível, Rel. Des. Raul Celso Lins e Silva, j. 21/05/2008).

Importante frisar, que tal documento decisão descumprida pela decorre da literalidade do artigo 1º da Lei nº 6.839, de 30.10.1980, que assim prescreve:

"Art. 1º O REGISTRO DE EMPRESAS E A ANOTAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LEGALMENTE HABILITADOS, DELAS ENCARGADOS, SERÃO OBRIGATÓRIOS NAS ENTIDADES COMPETENTES para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros."

Cumpra mencionar, ainda, que Marçal Justen Filho analisando a inscrição em entidades profissionais em sua obra, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Ed. Dialética, 14ª edição, página 432), afirma:

"Uma vez existindo lei que condicione o exercício de profissão ao cumprimento de certos requisitos, incumbirá à entidade profissional a fiscalização. Ser-lhe-á atribuído inclusive poder de polícia para punir aqueles que descumpram os parâmetros adequados. PORTANTO, A LEI PRESUME QUE O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES TÉCNICAS SERÁ SATISFATORIAMENTE EFETIVADO POR AQUELES QUE SE ENCONTREM INSCRITOS PERANTE AS ENTIDADES PROFISSIONAIS."

Diante da importante lição acima, não restam dúvidas de que a Recorrida foi totalmente imprudente em participar de referido certame com documento inválido, e mais imprudente ainda, caso não reconheça tais desatendimentos ao edital, de modo a estar tumultuando e prejudicando o andamento de todo o processo.

Tal irregularidade torna-se clara quando observado o final da certidão emitida pelo CRN da 3ª Região, que diz:

"QUALQUER ALTERAÇÃO OCORRIDA, EM UM OU MAIS DADOS DA EMPRESA, APÓS A EMISSÃO DESSA CERTIDÃO, TORNA O DOCUMENTO INVÁLIDO."

Observe, Sr.ª Pregoeira, que o endereço constante do registro é : R. José Machado Araripe, 1284, Centro, Itapura/SP – CEP 15390000. Enquanto que no Contrato Social apresentado e datado de 09 de fevereiro de 2022 o endereço informado da Matriz é: Rua Barão do Rio Branco, 451, sala 01, Centro, Itapura/ SP. Ou seja, a referida empresa deixou de promover as alterações necessárias no cadastro do CRN, tornando aquela certidão inválida e, portanto, NULA!, significando no mundo jurídico a mesma coisa DO QUE TER DEIXADO DE APRESENTÁ-LA.

Segundo preconiza a legislação regente das licitações, A ADMINISTRAÇÃO TEM O DEVER DE VINCULAR-SE AO EDITAL REPRODUZIDO, PELO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, O QUAL IMPÕE AOS LICITANTES E AO PODER PÚBLICO, EXTREMA SUBMISSÃO AOS TERMOS EDITALÍCIOS.

Uma vez elaborado e publicado o Instrumento Convocatório, a Administração e todos os participantes da licitação vinculam-se aos termos editalícios, deles não se podendo afastar sob nenhuma hipótese. Suas regras tornam-se Lei entre as partes, vinculando-se a todos os seus termos e imposições.

É inquestionável que a condição de participação possui o fito de aferir a capacidade de participação de cada licitante, o que é feito de forma objetiva, ou seja, baseia-se única e exclusivamente na Lei e no Edital, SENDO IMPOSSÍVEL QUALQUER JUÍZO DE CONVENIÊNCIA, DE SORTE QUE INABILITAÇÃO É ALGO QUE SE IMPÕE.

Outra questão que deve ser abordada, e de maneira muito grave, é que duas empresas participantes do certame, All Bussinness e Eagle, apresentam no seu rol de documentos de habilitação, especificamente, no CRQ, a mesma responsável técnica, Sr.ª Sueli Cristina Polidoro e com uma grande AGRAVANTE, ao verificar o contrato de prestação de serviço apresentado pela empresa Eagle, participante deste certame, pode-se observar que quem assina como testemunha é o Sr. EMERSON JUSTINO DE SOUZA, que é nada mais, nada menos do que SÓCIO UNIPESSOAL DA EMPRESA DECLARADA HABILITADA!!!!

Vejamos o que diz o site especializado em licitação.com.br sobre a participação de empresas concorrentes apresentarem o mesmo responsável técnico:

Em um processo de licitação, duas empresas apresentaram o mesmo responsável técnico, elas deveriam ser inabilitadas?

As licitações devem ocorrer segundo os princípios e normas que procuram preservar a transparência e o seu caráter competitivo. Nesse sentido, o artigo 3º, da Lei n.8.666/93 dispõe:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Nessa mesma linha, há diversos dispositivos que procuram isolar os atores do processo de contratação pública, de modo que não exista conflitos de interesses que possam colocar em dúvida a lisura do certame. Nesse sentido, o artigo 9º, da Lei n.8.666/93, proíbe a empresa, da qual seja responsável técnico o autor do projeto (a ser licitado), de participar da respectiva licitação – entre outras vedações.

Ainda, no artigo 89, de forma mais aguda, a mesma lei tipifica como crime qualquer tipo de participação combinada entre licitantes:

"Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:

Pena – detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa."

Assim, embora não exista uma norma específica, no contexto da licitação, proibindo expressamente que duas empresas concorrentes tenham o mesmo responsável técnico, é entendimento razoável que adotamos que, em tese e ressalvadas as peculiaridades de cada caso:

- 1) que o contexto da lei não admite essa situação, porque violadora dos princípios expressos no artigo 3º, acima;
 - 2) que pode sugerir, segundo o caso concreto, indícios da prática do crime previsto no artigo 90, acima referido.
- Portanto, numa situação hipotética, sem análise dos detalhes concretos de um caso, a participação de duas empresas licitantes, disputando um mesmo objeto, e que tenham um mesmo responsável técnico deve ser evitada, afinal a situação, em tese, é incompatível com a lei n.8.666/93, justificando-se, de modo geral, a exclusão de ambas do processo.

(Colaborou Prof. Saulo S Alle, advogado especializado em licitações públicas, Contratos Administrativos no Setor Privado e Consultor Jurídico da RHS LICITAÇÕES).

(<https://licitacao.com.br/index.php/duas-empresas-podem-apresentar-o-mesmo-responsavel-tecnico/#:~:text=8.666%2F93%2C%20pro%20C%3ADbe%20a%20empresa,%E2%80%9C9CArt.>)

Repassando o caso, não se trata apenas do conluio ao apresentar o mesmo R.T., mas de forma mais deslavada, fazer com que o sócio da empresa, no momento declarada habilitada, assinar como testemunha o Contrato de Prestação de Serviços da Nutricionista da empresa concorrente! É caso para investigação profunda, inclusive passível de pena, segundo a legislação, conforme dito alhures. Simplesmente, não se pode acreditar que não houve conluio!!!!

Assim, além das diversas medidas legais cabíveis, impõe-se o que foi dito na consulta ao site especializado licitacao.com.br, qual seja a JUSTIFICADA EXCLUSÃO DE AMBAS DO PROCESSO LICITATÓRIO!!!

RAZÕES DE INABILITAÇÃO DE ALIMINAS ALIMENTAÇÃO INDUSTRIAL

A empresa ALIMINAS ALIMENTAÇÃO INDUSTRIAL LTDA, por sua vez deixou de apresentar todos os documentos de Regularidade Fiscal e Trabalhista (ITEM 19 DO EDITAL), bem como documentos de Qualificação Econômica-Financeira, especialmente a Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial, (SUBITEM 20.1 DO EDITAL), sendo desnecessário maiores explicações sobre a evidente INABILITAÇÃO DA REFERIDA EMPRESA!

RAZÕES DE INABILITAÇÃO DE B7 EMPREENDIMENTOS LTDA (AMO SERVIÇOS GERAIS LTDA)

A empresa B7 EMPREENDIMENTOS LTDA, em breve busca ao sistema CEIS – Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas, que a mesma encontra-se impedida de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, pelo período compreendido entre 23/03/2022 e 23/05/2022.

Sobre o assunto, já decidiu a 15ª Câmara Cível do Estado do Rio de Janeiro:

A C Ó R D Ã O

MANDADO DE SEGURANÇA. SUSPENSÃO DO DIREITO DE LICITAR. ABRANGÊNCIA NACIONAL. Apelação da sentença que denegou a ordem pleiteada no sentido de fosse declarado nulo o ato administrativo que alijou a impetrante do certame e todos os demais atos derivados. Hipótese em que a impetrante participou de licitação do Município de Arraial do Cabo no período de vigência da sanção de suspensão aplicada pelo Governo do Estado de São Paulo. Edital que previa expressamente que não seriam admitidas, na licitação, pessoas suspensas ou impedidas de licitar. A jurisprudência do e. Superior Tribunal de Justiça fixou-se no sentido de que os efeitos da penalidade de suspensão de participação em licitação se estendem a toda a Administração Pública, não se restringindo ao ente federativo sancionador. Ausência de direito líquido e certo. Pretensão que se mostra contrária ao princípio constitucional da moralidade administrativa. Recurso desprovido, nos termos do voto do desembargador relator.

No mesmo Acórdão o Exmo. Desembargador assevera:

Diante dessa controvérsia, a jurisprudência do e. Superior Tribunal de Justiça evoluiu no sentido de considerar irrelevante a distinção entre os termos Administração Pública e Administração e que os efeitos da penalidade de suspensão de participação em licitação se estendem a toda a Administração Pública.

A título de exemplo, confirmam-se os seguintes julgados:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA. DISTINÇÃO ENTRE ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INEXISTÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE LICITAÇÃO PÚBLICA. LEGALIDADE. LEI 8.666/93, ART. 87, INC. III. - É irrelevante a distinção entre os termos Administração Pública e Administração, por isso que ambas as figuras (suspensão temporária de participar em licitação (inc. III) e declaração de inidoneidade (inc. IV) acarretam a não participação em licitações e contratações futuras. - A Administração Pública é uma, sendo descentralizadas as suas funções, para melhor atender ao bem comum. - A limitação dos efeitos da "suspensão de participação de licitação" não pode ficar restrita a um órgão do poder público, pois os efeitos do desvio de conduta que inabilita o sujeito para contratar com a Administração se estendem a qualquer órgão da Administração Pública. - Recurso especial não conhecido. (REsp 151.567/RJ, Rel. Ministro Francisco Peçanha Martins, Segunda Turma, julgado em 25/02/2003, DJ 14/04/2003, p. 208. Destaques).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR. ALCANCE DA PENALIDADE. TODA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 1. (...) 2. De acordo com a jurisprudência do STJ, a penalidade prevista no art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993 não produz efeitos apenas em relação ao ente federativo sancionador, mas alcança toda a Administração Pública (MS 19.657/DF, rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/08/2013, DJe 23/08/2013). 3. Agravo desprovido. (AgInt no REsp 1382362/PR, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 07/03/2017, DJe 31/03/2017. Destaque).

E ainda:

Esta Câmara também já se posicionou no mesmo sentido, conforme se verifica do seguinte aresto:

MANDADO DE SEGURANÇA. Licitação. Modalidade pregão. Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública imposta por ente federativo diverso. Âmbito de incidência. Princípios constitucionais. Força irradiante por todo o sistema infraconstitucional. Norma definidora de sanção que apresenta caráter de norma geral. Incidência em todas as esferas de Governo. A Fundação Municipal de Saúde deu interpretação, data vênua, errônea ao alcance da sanção aplicada, pois, assim o fazendo, deixou à margem os princípios constitucionais da

moralidade e legalidade. DESPROVIMENTO DOS APELOS. (Mandado de Segurança nº 0004970-78.2010.8.19.0037. 15ª Câmara Cível. Rel. Des. Celso Ferreira Filho. Julgamento: 22/02/2011. Destaquei.)

Ademais, a Qualificação técnica apresentada pela referida empresa, também não guarda compatibilidade com o que foi exigido no Edital de Pregão Eletrônico 047/2022, vejamos o que diz o documento editalício:

21.2 Deverá apresentar ATESTADO, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e favor da empresa licitante, que comprove a aptidão para o desempenho da atividade, pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, COMPROVAR TER PRESTADO SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO EM OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE e que englobe o fornecimento de gêneros e produtos alimentícios, estocagem, preparo, manipulação e a distribuição de alimentação normal e dietética, fórmulas infantis e alimentos complementares, com disponibilização de mão de obra qualificada para a execução das tarefas, bem como, equipamentos, materiais e utensílios.

Como facilmente se percebe nos documentos habilitatórios, foram apresentados 03 (três) Atestados de Capacidade Técnica, a saber:

O primeiro com o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, sem qualquer similaridade com unidades de saúde e com o fornecimento exigido.

O segundo com Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL, novamente sem qualquer similaridade com unidades de saúde e com o fornecimento exigido.

O terceiro com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro e novamente sem compatibilidade com as exigências editalícias.

Deste modo, URGE QUE SE INABILITE A REFERIDA EMPRESA!!!

RAZÕES DE INABILITAÇÃO DE EAGLE BUSINESS – PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA

Além do que já foi dito, sobre provável conluio entre a empresa Eagle Business e All Bussinness, referente ao Responsável Técnico e para que não se torne enfadonha a leitura dessa peça, repetiremos apenas em parte:

“Outra questão que deve ser abordada, e de maneira muito grave, é que duas empresas participantes do certame, All Bussinness e Eagle, apresentam no seu rol de documentos de habilitação, especificamente, no CRQ, a mesma responsável técnica, Sr.^a Sueli Cristina Polidoro e com uma grande AGRAVANTE, ao verificar o contrato de prestação de serviço apresentado pela empresa Eagle, participante deste certame, pode se observar que quem assina como testemunha é o Sr. EMERSON JUSTINO DE SOUZA, que é nada mais, nada menos do que SÓCIO UNIPESSOAL DA EMPRESA DECLARADA HABILITADA!!!!”

Notadamente, a empresa EAGLE, também deixa de cumprir com o insculpido no SUBITEM 21.2 do Edital de Pregão, que diz:

21.2 Deverá apresentar ATESTADO, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e favor da empresa licitante, que comprove a aptidão para o desempenho da atividade, pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, COMPROVAR TER PRESTADO SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO EM OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE e que englobe o fornecimento de gêneros e produtos alimentícios, estocagem, preparo, manipulação e a distribuição de alimentação normal e dietética, fórmulas infantis e alimentos complementares, com disponibilização de mão de obra qualificada para a execução das tarefas, bem como, equipamentos, materiais e utensílios.

Apesar de ter apresentado o total de três atestados de Capacidade Técnica, nenhum deles supre a exigência contida no acima citado mandamento editalício, percebe-se:

O primeiro foi firmado pela Prefeitura Municipal de Jardinópolis/SP e além de não guardar atividade compatível de fornecimento para Unidades de Saúde, trata-se apenas de fornecimento de marmitex!

O segundo foi firmado pela Prefeitura Municipal de Ilhéus/BA, também não guarda similaridade com fornecimento de alimentação para Unidade de Saúde e também é sobre fornecimento de marmitex!

O terceiro com a Capitania dos Portos de São Paulo, não guarda similaridade com fornecimento para Unidade de Saúde e é sobre serviço de Buffet e Refeições Individuais, também bastante distante do exigido no Edital.

Quanto ao CRQ apresentado, o mesmo também é inválido e toda alegação utilizada para a empresa All Bussinness, cabe aqui, para não tornar enfadonha essa leitura repetimos o seguinte tema:

Assim qualquer alteração da empresa, como criação de filiais, DEVE ser registradas no CRN fazendo constar na Certidão de Regularidade e Quitação – CRQ, sendo que nos termos da resolução CFN n.º 378/2015 do Conselho Federal de Nutricionistas, deve ser emitida uma nova CRQ, consoante o contido de forma clara no art. 10, valendo aqui a sua transcrição:

Art. 10. Havendo atualização de dados da pessoa jurídica que implique em modificação de informações constantes na certidão de registro e quitação, deverá ser emitida nova crq.

Também para não pairar dúvidas que o documento apresentado não possui qualquer validade insta registrar o parágrafo 1º do citado artigo:

§ 1º. Considerar-se-á nula de pleno direito a CRQ que deixar de corresponder à situação atualizada do registro da pessoa jurídica no CRN.

Tal irregularidade torna-se clara quando observado o final da certidão emitida pelo CRN da 3ª Região, que diz:

“QUALQUER ALTERAÇÃO OCORRIDA, EM UM OU MAIS DADOS DA EMPRESA, APÓS A EMISSÃO DESSA CERTIDÃO, TORNA O DOCUMENTO INVÁLIDO.”

Observe, Sr.^a Pregoeira, que a empresa, por força da última alteração contratual, se tornou uma Sociedade Ltda, enquanto a CRQ apresentada mantém a empresa como uma EIRELI. Ou seja, a referida empresa deixou de promover as alterações necessárias no cadastro do CRN, tornando aquela certidão inválida e, portanto, NULA!, significando no mundo jurídico a mesma coisa DO QUE TER DEIXADO DE APRESENTÁ-LA.

Deste modo, URGE QUE SE INABILITE A REFERIDA EMPRESA!!!

DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, requer-se o RECEBIMENTO do presente recurso e seu regular processamento, requerendo seu

INTEGRAL PROVIMENTO, com o acolhimento das assertivas aqui colacionadas, para a modificação da r. decisão recorrida, INABILITANDO AS EMPRESAS ALL BUSSINNESS SERVIÇOS DE COLETA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA, ALIMINAS ALIMENTAÇÃO INDUSTRIAL LTDA, B7 EMPREENDIMENTOS LTDA e EAGLE BUSINESS – PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, conforme fundamentação acima, retomando o certame em deslinde. Não sendo este o entendimento de V. Sa., requer-se o encaminhamento para a autoridade superior, para que análise a presente defesa em última instância.

Termos em que,

Pede deferimento.

Nova Friburgo, 06 de maio de 2022.

KITCHEN COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
Roberta de Oliveira Moraes
Sócia Proprietária

Fechar